

O ESTADO DE S. PAULO

CNJ quer 16 MAR 2012

norma para pagamento de benefício

Conselheiro reapresenta proposta para eliminar desembolsos milionários dos TJs

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai preparar uma norma rigorosa a todo o Judiciário com critérios de apuração de valores e pagamentos de passivos a magistrados e servidores com exigência de ampla publicidade dos atos de liberação de recursos e seus beneficiários. A meta é eliminar desembolsos indevidos e milionários em benefício de magistrados, como ocorreu no Tribunal de Justiça de São Paulo.

Ontem, o conselheiro Marcelo Nobre, do CNJ, reapresentou uma proposta de resolução que impõe, inclusive, obediência à prescrição quinquenal – muitos contra-cheques contemplaram largos períodos, até os anos 70.

O texto original da resolução foi produzido há dois anos, na gestão do ministro Gilmar Mendes, então presidente do CNJ. A proposta não chegou a ser votada por ingerência de tribunais e entidades de classe.

A situação abriu caminho para um escândalo no Judiciário. Em 2010 foram concedidos pagamentos extraordinários no TJ paulista. Dois desembargadores que ocuparam a presidência da corte, Roberto Vallim Bellocchi e Vianna Santos, receberam, em suas próprias gestões, R\$ 2,7 milhões. Ao todo, 211 magistrados paulistas receberam pagamentos antecipados, provocando revolta sem precedentes na ala da toga que se viu trapaceada.

Nobre encaminhou a resolução para a Secretaria Processual do CNJ. Comunicou a todos os conselheiros sua medida. “A intenção é padronizar a questão a todos os tribunais.”

A resolução destaca que a administração deve observar os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e a necessidade de dar “tratamento equânime aos magistrados e servidores por ocasião do pagamento de passivos”.

A liberação de dinheiro terá obrigatoriamente de seguir a fixação de índices por parte dos tribunais superiores e critérios de correção monetária e de juros previstos na Lei 9.494/97, com as alterações da Medida Provisória 2.180-35/2001 e Lei 11.960/2009.

As decisões de reconhecimento de dívidas deverão firmar lapso temporal (gerador da dívida), “respeitado o efeito da prescrição quinquenal”, e se o pagamento será feito em parcelas, além do período de incidência de juros de mora e correção, quando aplicáveis – os índices de atualização monetária pela Ufir até outubro de 2000 e pelo INPC de novembro de 2000 a 29 de junho de 2009; a taxa de juros de mora, de 1% até agosto de 2001 e 0,5% de setembro de 2001 a 29 de junho de 2009.

A partir de 30 de junho de 2009, para atualização monetária e compensação da mora, haverá incidência uma única vez, até

o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança. Os pagamentos ficarão condicionados à existência de crédito orçamentário e à indicação dos contemplados.

“A resolução estabelece critério de impessoalidade e parâmetros de correção”, diz Mendes. “Será um ganho para a sociedade e para a Justiça. Temos tido crises graves. Tribunais adotaram modelos especiais, a possibilidade de desvios.”

● Na pauta

MARCELO NOBRE

CONSELHEIRO DO CNJ

“Esse movimento, no mínimo, fará com que todos se posicionem, favoravelmente ou não. A intenção é padronizar essa questão a todos os tribunais e encerrar as polêmicas”

16 MAR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Recurso tenta impedir volta de conselheiro

A Procuradoria-Geral de Justiça de São Paulo deverá ir ao Supremo Tribunal Federal (STF) com recurso para tentar derrubar a liminar da ministra Laurita Vaz, do Superior Tribunal de Justiça, que autorizou o retorno do conselheiro Eduardo Bittencourt Carvalho ao Tribunal de Contas do Estado. Sob suspeita de enriquecimento ilícito e improbidade e com os bens bloqueados, Bittencourt estava afastado desde novembro, por decisão judicial de primeiro grau.

O argumento central da procuradoria é que o STF, em decisão de fevereiro da ministra Cármen Lúcia, rejeitou recurso extraordinário do ex-prefeito Paulo Maluf contra ordem do Tribunal de Justiça de São Paulo que julgou procedente ação de improbidade contra ele. A decisão do STF, na avaliação do Ministério Público, fulmina a tese de Bittencourt, que alega ter prerrogativa de foro não apenas no aspecto criminal.

Mesmo tendo reconquistado a cadeira no TCE, Bittencourt pouco tempo terá para ocupá-la. No dia 1.º de abril, aos 70 anos, ele se aposentará. Perderá o foro privilegiado e a ação contra ele retornará à primeira instância.

16 MAR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

STF deve julgar mensalão 'com imparcialidade', diz Ayres Britto

Novo presidente da Casa prevê que processo será longo e avisa que os ministros da Corte devem agir 'sem açodamento'

O Supremo Tribunal Federal "tem como dever julgar o processo do mensalão com imparcialidade", disse ontem o novo presidente do STF, Carlos Ayres Britto. Em sua primeira entrevista no novo posto - ele acaba de substituir o ministro Cezar Peluso - Ayres Britto afirmou à rádio *Estadão ESPN* que o papel dos ministros do STF "é esse, o de aplicadores do direito".

Eles devem aplicá-lo "com fidedignidade, sem açodamento, sem perseguições, com discernimento e disposição para ouvir testemunhas, reler depoimentos, sobretudo ouvir a imputação, quer dizer, a acusação, do Ministério Público".

O novo presidente acredita que o processo "será peculiarmente longo". Em função disso, deverá manter "contatos cada vez mais frequentes com o relator Joaquim Barbosa e o revisor, Ricardo Lewandowski, que é quem vai disponibilizar o processo - que ele definiu como "realmente inusitado, com 38 réus, cada um com direito a uma hora de defesa na tribuna".

A formatação do julgamento, afirmou em seguida à *Estadão ESPN*, "reclama trabalho coletivo" e para bem executá-lo começará ainda este mês a conversar com o ministro Lewandowski.

Na entrevista, Britto recusou-se a comentar a polêmica sobre "crimes permanentes e a Lei da Anistia", porque "termina sendo uma antecipação de voto", caso o assunto chegue ao STF.

Adiantou que pretende trabalhar "em perfeita harmonia" com a corregedora do Conselho Nacional de Justiça, Eliana Calmon, e que, na condição de presidente do CNJ, já está cuidando de montar as duas equipes de trabalho - do conselho e do Supremo - "para saneamento das atividades e costumes do Judiciário brasileiro".

Delúbio perde ação no STJ e pode ficar 16 anos inelegível

Um dos principais réus do mensalão, o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares sofreu ontem uma derrota no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A 2.ª Turma do STJ rejeitou o recurso do petista contra sua condenação por improbidade administrativa no Tribunal de Justiça de Goiás. Confirmada a condenação, ele terá de devolver aos cofres públicos R\$ 164.695,51, permanecerá com os direitos políticos suspensos por oito anos e não poderá exercer a função pública ou celebrar contratos com o Poder Público.

"O acórdão é claríssimo ao firmar a contundência do dolo e da má-fé", afirmou o relator do recurso, Cesar Astor Rocha. "O tribunal foi exaustivo na análise dos fatos", concordou o ministro Herman Benjamin. Além dos dois, votaram contra o recurso os ministros Humberto Martins e Mauro Campbell.

Delúbio fica, com isso, impedido de disputar eleições por 16 anos. Além dos 8 anos definidos pela Justiça de Goiás, a Lei da

Ficha Limpa estabeleceu que aquele que for condenado à suspensão dos direitos políticos fica inelegível por 8 anos a contar do fim da pena.

16 MAR 2012

O ESTADO DE S. PAULO Condenado por morte de juiz é recapturado

Johnny estava foragido havia 1 ano e cumpria pena pelo assassinato, ocorrido em 2003, em regime semiaberto

Condenado a 18 anos de prisão pela morte do juiz-corregedor Antônio José Machado Dias, em 2003, em Presidente Prudente, João Carlos Rangel Luisi, o Johnny, de 46 anos, estava foragido da Justiça e foi preso ontem na área do 29.º DP (Vila Diva), na zona leste da capital.

Segundo a polícia, Johnny cumpria regime semiaberto pelo assassinato do juiz – cometido a mando do Primeiro Comando da Capital (PCC) – e tinha de ir uma vez por mês ao fórum para confirmar o local de residência.

Mas ele foi condenado também por roubo ocorrido em 2006 na capital e, por isso, era procurado desde 29 de março de 2011. Temendo ser detido em regime fechado, Johnny deixou de comparecer ao fórum.

A Polícia Militar recebeu denúncia de que um foragido da Justiça vivia no local onde Johnny morava, mas os policiais não sabiam quem era. O criminoso foi abordado quando saía de casa e, ao apresentar os documentos, foi detido.

Segundo o delegado assistente da 5.ª Central de Flagrantes, Jean Tudy dos Santos, Johnny não resistiu à prisão. “Ele tem um vocabulário refinado. Pediu apenas um remédio para pressão”, disse. Por questão de segurança, não foi divulgado o local para onde Johnny seria transferido. Três viaturas fizeram a escolta dele até o Instituto Médico-Legal, onde passou por exame.

PARA LEMBRAR...

Antônio José Machado Dias, o Machadinho, era juiz-corregedor dos presídios da região de Presidente Prudente e foi assassinado em 14 de março de 2003, aos 47 anos. Durante uma emboscada, ele foi baleado no tórax e na cabeça por tiros de pistola 9mm – a três quadras do Fórum.

Machadinho era responsável por cuidar dos processos que envolviam líderes do Primeiro Comando da Capital (PCC), entre eles Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola. Entre os responsáveis pelo crime, apenas Adilson Daghia ainda não foi a julgamento.

O ESTADO DE S. PAULO

Moradora de rua tem 70% do corpo queimado no Espírito Santo

Adolescente de 16 anos foi detido acusado pelo crime; segundo a polícia, ele é usuário de drogas

Um adolescente de 16 anos foi apreendido ontem, acusado de incendiar a moradora de rua Marinalva Silva Alves, de 64 anos, na madrugada de ontem, em Linhares, no norte do Espírito Santo. De acordo com a Polícia Civil, a mulher teve 70% do corpo queimado enquanto dormia em uma quadra abandonada.

A vítima foi socorrida somente no fim da manhã e levada para o Hospital Geral de Linhares, de onde foi para o Centro de Tratamento de Queimados do Hospital Dório Silva, na Serra. Outros quatro moradores de rua, que também dormiam no local no momento do crime, conseguiram fugir. Segundo o chefe do Departamento de Polícia Judiciária (DPJ) de Linhares, delegado Fabrício Lima, eles tentaram avisar a vítima, sem sucesso.

Segundo o delegado, o jovem mora perto do local e foi lá para atear fogo nos colchões. "Ele cometeu o crime porque se sentia incomodado com a presença dos moradores de rua na região." O adolescente foi detido em casa e teria confessado o crime. O pai, que acompanhou o depoimento, estava transtornado. "Ele não esperava que acontecesse isso com o filho dele, que estuda. Não sabia, mas o menino usava drogas. Ele só percebeu que o adolescente chegou transtornado em casa. E descobriu sobre o crime quando nós chegamos", disse Lima.

Apreendido em flagrante, o menor será encaminhado para a Unidade de Integração Socioeducativa. O caso foi registrado como "fato análogo de crime por tentativa de homicídio".

1 6 MAR 2012

Massacre da Sé: STJ livra 4 de júri

● O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou ontem recurso do Ministério Público que tentava levar a julgamento quatro acusados de envolvimento no massacre de sete moradores de rua na região da Sé, entre 19 e 22 de agosto de 2004. A investigação da época apontou o envolvimento de policiais militares no caso, mas a Justiça concluiu que não havia provas. Ainda cabe recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF).

JUSTIÇA

Pai é condenado por jogar filho no Rio Tietê

Alexandre Franco, acusado de matar o filho de 6 anos, jogando-o no Rio Tietê, em 2010, foi condenado anteontem à noite a 24 anos, 10 meses e 20 dias de prisão em regime fechado. O julgamento foi no Fórum de Santana, no bairro do Limão, zona norte de São Paulo. Franco foi preso no dia 28 de dezembro de 2010, três dias depois do crime. O corpo do menino foi encontrado no Rio Tietê, na região da Vila Maria, zona norte da cidade. Alexandre disse que matou a criança para se vingar da ex-mulher.

O ESTADO DE S. PAULO Governo quer acelerar inquéritos de estupro

O governo quer mudar as regras de coleta de provas de estupro e outros tipos de violência sexual para tornar o processo mais ágil. A proposta, dos Ministérios da Saúde e da Justiça, quer que material coletado por médico que atende a vítima seja sempre considerado legítimo. Atualmente, a vítima tem de fazer exame no Instituto Médico-Legal.

“Isso facilitaria muito a coleta de provas e evitaria mais um desgaste para a vítima”, afirmou a coordenadora do Núcleo de Saúde da Mulher, Ester Vilela.

A estratégia integra um pacote de ações para tentar reduzir a violência contra a mulher. “O estupro virou presente de aniversário, embalado com fita de celofane. Não podemos conviver com isso”, afirmou a ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para Mulheres, fazendo referência a crime ocorrido em Queimadas (PB). Há um mês, amigos simularam um assalto a uma festa para permitir que um aniversariante estupra-se as convidadas. Como as mulheres reconheceram o agressor, foram assassinadas. A secretaria deve articular ações com Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público para acelerar o julgamento de acusados de estupro.

16 MAR 2012

16 MAR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Ministra critica médico que não faz aborto legal

Para Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para Mulheres, profissional que não faz procedimento por princípio deve ser trocado

A ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para Mulheres, criticou a falta de médicos nos serviços que fazem aborto legal no País. Ela observou que muitos centros funcionam apenas na teoria porque profissionais se recusam a fazer o procedimento, alegando objeção de consciência. “É preciso que esses serviços coloquem outra pessoa no lugar”, disse Eleonora ontem, durante reunião do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

A lei permite que gestações que coloquem a mulher em risco ou resultem de violência sexual possam ser interrompidas. Atualmente, existem no País 63 centros cadastrados para realização desse tipo de atendimento.

Além de considerar o número insuficiente, grupos feministas relatam que, com frequência, mulheres não conseguem ser atendidas nos serviços, sobretudo em instituições administradas por grupos religiosos.

O discurso da ministra arrancou elogios de grupos feministas, mas foi imediatamente respondido pelo representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) no conselho, Clóvis Bonfleur. “Religião é um direito que tem de ser respeitado. É preciso pensar em alternativas. A obrigação de ofertar serviços de saúde é do Estado”, rebateu. Eleonora também citou resultados de pesquisas realizadas demonstrando a falta de qualidade nos serviços de atendimento às vítimas.

Além da melhoria da qualidade, a ministra defendeu a ampliação do acesso aos serviços. Algo que, em sua avaliação, pode ser alcançado com descentralização do atendimento.

Até 2009, 442 hospitais estavam aptos a atender casos de violência sexual e 60 a realizar aborto previsto em lei.

Atualmente, são 557 centros para atendimento das mulheres e 63 capacitados para fazer o aborto. De acordo com ministério, outros 30 estão sendo capacitados para também fazer a interrupção da gestação nos casos permitidos pela lei.

“Esse número de 63 centros é insuficiente. Basta ver as estatísticas de estupro. No Rio, por exemplo, esse número chega a 20 casos por dia”, acrescentou a secretária de enfrentamento à violência contra a mulher, Aparecida Gonçalves.

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, não fez comentários sobre a objeção de consciência alegada por médicos que trabalham nos serviços, mas afirmou que a pasta prepara um levantamento para verificar a qualidade de atendimento prestado às vítimas de violência.

Por meio da assessoria de imprensa, o ministério informou que ainda não está definida quando essa estratégia será iniciada e quais critérios serão analisados.

Polêmica. Nem bem foi montada, a estratégia já desperta críticas. O representante do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, o médico Arilson Cardoso da Silva, avalia que,

mais importante do que registros de queixas ou análise de problemas está a capacitação dos profissionais.

O ministério informou ainda que estratégias serão montadas para melhorar a comunicação de dados de violência contra mulher. Durante a apresentação de ontem, foi informado que registros de violência passarão a ser obrigatoriamente inscritos nas fichas de atendimento de média e alta complexidade.

Comissão propõe mudar a lei

Na semana passada, a comissão de juristas nomeada pelo Senado para elaborar o anteprojeto de lei de um novo Código Penal aprovou um texto que propõe o aumento das possibilidades para que uma mulher possa realizar abortos sem que a prática seja considerada crime. A principal inovação é que, se o documento for aprovado, uma gestante poderá interromper a gravidez até a 12.ª semana de gestação, caso um médico ou psicólogo avalie que ela não tem condições “para arcar com a maternidade”. Para autorizar o aborto, seria necessário um laudo médico ou uma avaliação psicológica dentro de normas que serão regulamentadas pelo Conselho Federal de Medicina.

O anteprojeto garante às mulheres que possam interromper a gestação até os dois meses de um anencéfalo ou de um feto que tenham anomalias incuráveis.

O texto final será entregue ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), em maio.

16 MAR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Passageiros processam Metrô após acidentes

No embarque, mulher caiu em vão de plataforma de estação da Linha 3-Vermelha

Caio do Valle / JORNAL DA TARDE

Acidentes com usuários do metrô de São Paulo têm chegado à Justiça. A companhia foi condenada a pagar indenização de R\$ 30 mil a uma passageira ferida durante o embarque na Estação Corinthians-Itaquera, na Linha 3-Vermelha. Ela caiu no vão entre a plataforma e o trem. Em outra ação, a concessionária ViaQuatro responsável pela operação da Linha 4-Amarela, é processada por uma usuária por ter sofrido aborto de gêmeos após uma queda na Estação Paulista (mais informações ao lado).

Um passageiro por dia, em média, deixa os vagões do metrô ou da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) com algum ferimento. No ano passado, foram registrados 393 casos de lesão corporal, de acordo com a Secretaria da Segurança Pública. “Em tese, boa parte dos acidentes pode estar relacionada à superlotação, na hora do embarque”, diz o titular da Delegacia de Polícia do Metropolitano (Delpom), Valdir de Oliveira Rosa. “Em um ou outro caso, acaba havendo fratura.”

O acidente com uma cabeleireira de 55 anos, que não quis se identificar, é desse “um ou outro

caso” relatado por Rosa. Ela teve um ferimento grave na perna esquerda durante empurra-empurra no embarque, em agosto de 2008, e ficou, a partir daí, meses sem poder trabalhar. “Cheguei a desmaiar, porque a pancada foi grande. Machuquei a canela, o tornozelo e o joelho. Caí com a perna no vão e corpó no trem.”

O acidente aconteceu durante o horário de pico da manhã. A cabeleireira foi socorrida por um casal. Ela afirma ter sido puxada do vão, o que teria causado mais escoriações na perna, e diz que manca até hoje, dependendo de fisioterapia. A mulher conta que, no dia do acidente, o Metrô lhe pagou um táxi da Estação Anhangabaú, onde desembarcou, até a Santa Casa de Misericórdia, no centro.

Insatisfeita com o tratamento, ela entrou com uma ação de indenização por danos materiais e morais. Venceu em primeira instância. Em decisão da quinta-

● Provas

O advogado da cabeleireira, Célio Cristiano Teixeira Simões, diz que, para se impetrar ação, é preciso provar a lesão. “Se sofre um empurrão e cai, mas o dano não pode ser identificado, fica difícil.”

feira passada, a juíza Ana Cláudia Dabus Guimarães, da 37.ª Vara Cível do Fórum Central, diz que Metrô deve indenizá-la.

Na sentença, ela escreve que o fato “não pode ser considerado imprevisível ou inevitável, tratando-se de situação comum aos usuários de transportes públicos, especialmente nos horários em que há intenso fluxo de pessoas”. Ana Cláudia afirmou que serviço de transporte garante a segurança dos passageiros.

A decisão foi elogiada pelo presidente da Comissão de Direito Administrativo da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB-SP), Adib Kassouf Sad. Para o advogado, o Metrô só se eximiria de responsabilidade em casos de força maior ou caso fortuito – incidentes inesperados, como terremoto ou atentado terrorista. “Agora, todos os dias, naquele mesmo local, temos milhares de pessoas se amontoando. Não dá para dizer que é uma situação absolutamente imprevisível”, afirma Kassouf Sad. O advogado diz que esse tipo de processos deve aumentar, principalmente com a crescente superlotação do sistema.

Sub judice. O Metrô de São Paulo informou, em nota, que a discussão sobre o acidente na Estação Corinthians-Itaquera “está sub judice”. A sentença proferida na semana passada foi em primeira instância, ou seja, a companhia ainda pode recorrer no Tribunal de Justiça. O Metrô informou que “prestou o auxílio necessário” à vítima, mas não especificou o que foi feito.

Segundo a companhia, “para atender a grande concentração de pessoas que circulam nos horários de pico, o Metrô adota estratégias operacionais específicas, como a Operação Plataforma” e o Embarque Preferencial, para idosos, grávidas e pessoas com mobilidade reduzida em estações mais cheias.

A empresa diz também emitir, “de forma constante, mensagens sonoras nas estações e trens” sobre “o uso seguro do sistema”, além de criar campanhas para incentivar “o respeito entre os usuários”.

FOLHA DE LONDRINA

Filho de Rossoni

perde na

Justiça e Bituruna

troca prefeito

16 MAR 2012

Rodrigo Rossoni, filho do presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, é acusado de abuso de poder econômico

Curitiba - A Justiça Eleitoral reafirmou decisão sobre a cassação do prefeito de Bituruna (sul do Estado), Rodrigo Rossoni (PSDB), que é filho do presidente da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná e presidente estadual do PSDB, Valdir Rossoni. A decisão atinge também o vice de Rodrigo, João Vitorio Nhoatto, negando recurso dos dois após a cassação, que ocorreu em novembro. Como faltava apresentar recurso, Rodrigo continuou no cargo durante este período. A acusação é de abuso do poder econômico no período eleitoral.

A decisão judicial desta semana determinou a diplomação de Carlos Roberto de Oliveira Silveira (PP), o segundo colocado nas eleições suplementares, realizadas em julho do ano passado, por determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A ação de impugnação do mandato foi movida pelo Ministério Público (MP) do Paraná e concedi-

da pelo juiz da 153ª Zona Eleitoral, Irajá Pigatto Ribeiro. Cabe recurso.

Na prestação de contas de Rodrigo Rossoni é mostrado que foram gastos R\$ 321.386,21, o que, segundo alegação do MP, representa quase o triplo da arrecadação tributária mensal de Bituruna, ou aproximadamente 25% da receita tributária anual da cidade, que tem 12 mil eleitores. Foram contratados 528 cabos eleitorais para a coligação de Rossoni, o equivalente a 11,44% dos 4.614 votos que ele recebeu ou a 5,45% do total de votos válidos computados (9.682). É um número considerado alto para um município com pouco mais de 15 mil habitantes.

O juiz eleitoral acatou os argumentos da ação, afirmando que é "inegável influência que o excessivo volume de recursos gastos em propaganda e em especial na contratação de trabalhadores

em favor da candidatura dos impugnados exerceu na vontade do eleitor, viciando-a (é, naqueles de menor consciência política ou resistência moral, aniquilando-a)", conforme consta na sentença. Rossoni e Nhoatto ficam inelegíveis pelo período de oito anos, a contar a partir da data da eleição.

Um dos advogados de Rossoni no processo, José Cid Campelo Filho, informou à Reportagem que oficialmente ainda não foi comunicado da decisão judicial e que aguarda este trâmite para decidir quais as providências cabíveis.

16 MAR 2012

FOLHA DE LONDRINA

Sercomtel vai à Justiça contra ex-prefeitos

Empresa contesta contrato de 1998 no qual assumiu despesas do município; dívida seria superior a R\$ 6 milhões

Liminar pede o bloqueio de bens dos réus para eventual ressarcimento

A Sercomtel Telecomunicações protocolou ação civil pública no último dia 12 acusando de improbidade administrativa os ex-prefeitos Antonio Belinati (PP) e Nedson Micheleti (PT), ex-secretários municipais, ex-presidentes e diretores da companhia, a vereadora Sandra Graça (PP), e o município de Londrina, hoje sob o comando do prefeito Barbosa Neto (PDT). Ao todo são 12 réus. A ação tramita na 2ª Vara da Fazenda Pública e pede a indisponibilidade de bens dos acusados. Por questões técnicas, o juiz Emil Tomás Gonçalves determinou à Sercomtel que faça correções na petição, antes de apreciar o pedido de liminar.

Em 54 páginas, a assessoria jurídica da Sercomtel descreve como os cofres da empresa teriam sido desfalcados em cerca de R\$ 6,3 milhões - valor que, conforme a ação, deve ser ressarcido pelos réus. Segundo a ação, por meio de um contrato de consolidação de contas assinado em junho de 1998 por Belinati, o ex-secretário de Governo Gino Azzolini Neto, o ex-presidente da companhia Rubens Pavan e o ex-diretor financeiro Ismael Mologni, a Sercomtel passou a assumir des-

pesas do município e jamais teria sido ressarcida. Em dezembro daquele ano, apenas o presidente e o diretor financeiro poderiam decidir sobre os gastos, sem necessidade de aprovação do Conselho de Administração.

Entre as despesas está o pagamento da então chefe de gabinete de Belinati, Sandra Graça, que era servidora da Caixa Econômica Federal e foi cedida ao município. O reembolso da Caixa teria sido suportado pela Sercomtel, que pagou cerca de R\$ 138 mil, segundo a ação. Por meio da assessoria de imprensa da Câmara, a vereadora disse que desconhece o teor da acusação e, por isso, não se manifestaria.

Outros pagamentos devidos com recursos da Sercomtel seriam a contratação de um escritório de advocacia para dar consultoria na venda de parte das ações da Sercomtel para a Copel, em 1998; a restauração de locomotiva doada ao município, em 1999, ao custo de R\$ 20 mil; e a contratação de uma empresa de consultoria (também ré na ação) para avaliar a competitividade da companhia telefônica. Segundo a ação, o contrato foi ilegal porque não houve licitação na Sercomtel.

Já no governo de Nedson Micheleti, a Sercomtel teria arcado com o transporte de galhos e árvores podados, gerando à telefônica prejuízo de R\$ 9

mil. Por tal fato, o então secretário do Ambiente, João Mendonça, consta do polo passivo da ação; assim como o

ex-presidente da telefônica no governo Nedson, Roberto Francisco Pereira. Nedson e ex-diretores da empresa também são acusados de, em 2001, terem feito um encontro de contas entre o município e a Sercomtel, saldando cerca de 40% da dívida, mas de não terem inscrito o restante nos livros contábeis, para futuro pagamento.

No ano passado, em resposta a cobrança da Sercomtel, o governo do prefeito Barbosa Neto disse que não havia registro contábil dos débitos. Assim, o departamento jurídico da Sercomtel concluiu que "houve por parte dos administradores pretéritos displicência e ilegais atos de gestões dos passivos, pois ao não os ter feito constar na contabilidade municipal implicou jamais estar previsto pagamento ao longo de todos os orçamentos anuais e na deplorable e insistente recusa em pagar".

CONTINUA

16 MAR 2012

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

O ex-prefeito Antonio Belinati nada falou sobre as acusações. "Não vou polemizar com o Barbosa. O prefeito deve fazer o procedimento que julgar necessário e eu vou responder na esfera competente", afirmou. "Londrina já está em clima de eleição e um bate-boca pode afastar a discussão sobre os grandes problemas de Londrina." Nedson Micheleti não foi localizado. A reportagem deixou recado em seu gabinete, na Caixa Econômica, em Brasília, mas ele não deu retorno. Seu celular estava desligado.

O presidente da Sercomtel, Roberto Coutinho Mendes, disse na terça-feira que nada falaria até haver uma decisão do Judiciário. Ontem, mesmo com o despacho do juiz, Coutinho afirmou, por meio da assessoria da imprensa, que preferia não dar entrevista.

16 MAR 2012

FOLHA DE LONDRINA

Governador confirma Giacoia como procurador-geral do MP



A lista tríplice foi entregue ao governador pelo atual procurador-geral de Justiça e pelo presidente da comissão eleitoral do MP

Curitiba - Tão logo recebeu o comunicado oficial do Ministério Público (MP) do Paraná sobre o resultado da eleição para procurador-geral da instituição, o governador Beto Richa (PSDB) anunciou pelo Twitter que vai manter o mais votado - o procurador de Justiça Gilberto Giacoia - como o escolhido para a função.

Pela Constituição Federal, a prerrogativa de homologar o nome a procurador-geral cabe ao governador do Estado, que pode decidir entre os três candidatos mais votados na eleição entre os membros do MP, que define uma lista tríplice. O procedimento mais comum é que aquele que foi mais votado seja o escolhido pelo Executivo estadual. "Acolho a decisão do Ministério Público. Respeito o resultado da eleição e a escolha da maioria", escreveu o governador pelo seu Twitter.

A lista tríplice foi entregue ao governador ontem de manhã, pelo atual procurador-geral de Justiça, Olympio de Sá Sotto Maior Neto, e pelo presidente da comissão eleitoral do MP, Vanderlei Bonamigo. "Decido de pronto, em

homenagem à vontade manifesta pelos membros do MP na eleição e por conhecer a idoneidade, o conhecimento jurídico e a sensibilidade social do doutor Gilberto Giacoia", afirmou o governador. A posse de Giacoia está marcada para 9 de abril. O mandato é de dois anos.

Nem sempre o primeiro colocado na votação interna do MP acaba sendo homologado pelo governador. Durante o governo de Roberto Requião (PMDB) houve polêmicas envolvendo as duas gestões do então procurador-geral Milton Riquelme de Macedo. Isso ocorreu porque Riquelme foi o segundo colocado na lista tríplice do MP, nas duas vezes, e mesmo assim foi o escolhido de Requião. Em 2004, havia sido Maria Tereza Uille Gomes, atual secretária estadual da Justiça e, em 2006, foi Olympio de Sá Sotto Maior quem recebeu mais votos. E, ainda, durante a sua primeira gestão como governador, em 1992, Requião nomeou também o segundo colocado, que na ocasião foi Luiz Carlos Delazari.

FOLHA DE LONDRINA

16 MAR 2012

INFORME

Perdão de dívidas

Tramitando na Câmara de Londrina desde julho do ano passado, o projeto do Executivo que prevê o "perdão" de débitos dos contribuintes no valor de até R\$ 500, inscritos em dívida ativa até o ano de 2006, além de débitos de até R\$ 1 mil, existentes há mais de cinco anos, foi encaminhado para análise da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Conforme mostra a prefeitura na proposta, até novembro do ano passado eram mais de 4 mil processos em fase de cobrança, totalizando cerca de R\$ 1,5 milhão. Segundo a administração, o custo unitário para a cobrança dos créditos na Justiça é de R\$ 2,4 mil.

CLÁUDIO HUMBERTO

Tucano no TSE deixa o PT em estado de alerta

Há apreensão entre petistas diante da iminente nomeação de um filiado ao PSDB, Alcides Diniz da Silva, para o cargo de diretor-geral do Tribunal Superior Eleitoral. Em ano eleitoral, caberá a ele coordenar a apuração eletrônica. Diniz foi prefeito de Vazante (MG) quando filiado ao PFL, e diretor do Superior Tribunal de Justiça, quando pagamentos indevidos de R\$ 12 milhões a servidores pôs o TCU na sua cola.

Inquérito suspenso

O Conselho Nacional de Justiça suspendeu o inquérito instaurado pelo então presidente do STJ, ministro Cesar Asfor Rocha, no caso Diniz.

Legislativo é notificado sobre comissionados

A Câmara de Londrina foi notificada ontem pela 1ª Vara da Fazenda Pública sobre a ação civil apresentada pelo Ministério Público (MP) do Paraná que pede, liminarmente, a exoneração de servidores em cargos comissionados, com o objetivo de igualar ou até reduzir o número em relação aos efetivos. Atualmente, são 102 comissionados e 56 efetivos.

Segundo o procurador da Casa, Miguel Ângelo Garcia, a Justiça estabeleceu até 72 horas, prazo que vence na segunda-feira, para apresentar defesa. "Vamos apresentar os mesmos tópicos que foram mostrados para o MP. Os cargos são essenciais para a manutenção dos serviços dos vereadores e da presidência." Ele confirmou que a comissão interdisciplinar que vai analisar a viabilidade de realização de concurso público já está trabalhando.

16 MAR 2012

FOLHA DE LONDRINA

Ciganos são absolvidos em caso de assassinato

Curitiba - Os ciganos Pero Pietrovich, e mãe dele, Vera Pietrovich, além do vendedor autônomo Renato Michel, foram absolvidos no caso do assassinato da menina Giovanna dos Reis Costa, de 9 anos, em abril de 2006 na cidade de Quatro Barras, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Após quase cinco anos de prisão, a mãe e o filho foram inocentados na madrugada de ontem, após três dias de julgamento no Tribunal do Júri da Capital. Eles foram presos em 2007, em Araçatuba (SP). Já Renato Michel chegou a ser preso em 2008 acusado de fazer rituais de magia negra, mas conseguiu habeas corpus e aguardava a decisão do juiz em liberdade.

Os jurados votaram pela inocência dos réus após escutarem do próprio promotor Marcelo Balzer, o pedido de absolvição, entendendo que não havia provas suficientes contra eles. Ontem, o promotor estava em Brasília e não pôde conceder entrevista, mas confirmou o pedido feito ao final do julgamento. No total foram ouvidas mais de 20 testemunhas que tinham sido arroladas por defesa e acusação.

Em 10 de abril de 2006 a menina saiu de casa para vender rifas para uma festa de Páscoa da escola onde estudava e desapareceu. Dois dias depois o corpo foi encontrado em um matagal. Ela teria sido morta em um suposto ritual de magia negra. A denúncia de homicídio qualificado foi feita na época do crime pelo promotor de Justiça Octacílio Sacerdote Filho, de Quatro Barras. Ele no entanto, se afastou do caso, quando assumiu o promotor Marcelo Balzer.

Segundo o advogado de defesa, Cláudio Dalledone Júnior, vários erros ocorreram no trabalho da investigação policial e, por isso, não havia provas para condenar os réus. Ele também não informou se os réus vão entrar na Justiça para pedir uma ação indenizatória. Ele afirmou que "não atua na área civil, apenas na criminal". "Isso vai ficar a cargo deles. Esta decisão não cabe a mim, mas por enquanto eles não comentaram nada", finalizou.

FOLHA DE LONDRINA

Restrição a políticos

Se não há maturidade eleitoral, a Justiça deve direcionar os eleitores

16 MAR 2012

A recente decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de exigir que os candidatos para as eleições deste ano tenham tido suas prestações de contas aprovadas no último pleito para conseguir registrar suas candidaturas já é motivo de polêmica entre os partidos. Estimativas do próprio TSE apontam que cerca de 21 mil pessoas podem ficar de fora das eleições, um número alto e muito mais abrangente do que a Lei da Ficha Limpa.

Até então, a Lei 12.034/09 afirmava apenas que a não aprovação das contas não era motivo de inelegibilidade, uma vez que os candidatos podiam obter quitação eleitoral mesmo com contas reprovadas nas instâncias, nas comarcas ou no Tribunal Regional Eleitoral. Agora os partidos se articulam para solicitar ao TSE a prorrogação da resolução. A argumentação é que a decisão pode afastar do pleito candidatos que cometeram erros formais na prestação de contas devido à complexidade das regras e não por má-fé. Além disso, não teria sido respeitado o princípio da anualidade às regras eleitorais.

É claro que as leis devem ser cumpridas. No entanto, é importante ressaltar que toda tentativa de moralização das eleições é positiva. O "julgamento das urnas", tão propalado pela classe política, não deve ser considerado em todos os casos. Infelizmente, no Brasil ainda há votos de

cabresto, favores ou pagamento em troca de votos, práticas abomináveis em qualquer democracia. Também é importante acrescentar que essas atitudes não são restritas aos políticos, faz parte da cultura de muitos eleitores que também querem tirar vantagem das eleições. Portanto, se não há maturidade eleitoral, a Justiça deve dar um direcionamento, principalmente com relação à honestidade e à conduta ética dos candidatos.

Certamente a Lei da Ficha Limpa, que estabelece critérios de elegibilidade, já demonstra um certo amadurecimento político. No entanto, é preciso avançar mais. Campanhas de conscientização do eleitorado, punição de candidatos que cometeram irregularidades no exercício do mandato e divulgação dos casos irá contribuir para modificar o cenário.

16 MAR 2012

JORNAL DO ESTADO

FÁBIO CAMARGO

Novidade

O Judiciário do Paraná avança para dar mais transparência e celeridade nos processos de falências e recuperações judiciais. Na próxima semana, uma nova Vara da Fazenda será inaugurada em São José dos Pinhais.

Facilidade

Sob a presidência do desembargador Miguel Kfoury Neto, o Tribunal de Justiça do Paraná(TJ/PR)colocou em prática diversas medidas modernizadoras que aproximam o cidadão do Paraná do poder Judiciário.

16 MAR 2012

JORNAL DO ESTADO

FÁBIO CAMARGO

Ministro STF

O ministro Carlos Ayres Britto foi eleito na quarta-feira o novo presidente do STF. Ele toma posse no cargo dia 19 de abril próximo. Embora o mandato da presidência da mais alta Corte do judiciário seja de dois anos, Britto deixará o cargo no final de novembro, quando completa 70 anos e será aposentado compulsoriamente.

Cidadão Paranaense

O novo presidente nasceu no estado do Sergipe, mas tem vínculos com o Paraná. No ano passado foi homenageado com o título de Cidadão Honorário do Paraná pela Assembleia Legislativa do estado. No evento, durante seu pronunciamento, disse que a partir daquele momento se sentia cidadão e irmão de todos os paranaenses.

Eleições 2008

No pleito, o ministro do STF era também presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Na oportunidade, viabilizou a substituição de funcionários municipais nas funções eleitorais em vários municípios do Paraná por servidores do TRE(PR). Isso aumentou a lisura nas eleições.

Abuso

A Promotoria de Justiça de Proteção do Patrimônio Público de Alto Piquiri, no Noroeste do Estado, expediu recomendação administrativa ao município de Brasilândia do Sul, representado pelo prefeito José Aparecido Mandotti, para a retirada de slogans políticos de bens e equipamentos públicos. O MP propõe que em até 10 dias úteis a prefeitura proceda com as mudanças, passando a adotar apenas os símbolos estabelecidos em Lei Municipal como referentes ao município. Segundo a Promotoria, a prefeitura “vem utilizando o slogan ‘Gestão 2009 a 2012. Administração para todos’, acompanhada de desenho de três indivíduos, em cor azul, em seus documentos, na parte superior direita, ao lado do timbre da Prefeitura Municipal, como, por exemplo, nos envelopes de encaminhamento de informações, bem como em carros de uso privativo da Prefeitura Municipal, como por exemplo, no carro do Conselho Tutelar”.

DANOS MORAIS

R\$ 600

MIL

foi o valor estipulado como indenização a funcionários do Banco do Brasil vítimas de assédio moral, como isolamento no ambiente de trabalho de um portador do vírus HIV, interrupção de licença-maternidade e retaliações a grevistas.

JORNAL DO ESTADO

JUSTIÇA

Mandato de filho de Rossoni é cassado

A coligação declarou ter gasto mais de R\$ 321 mil na prestação de contas de campanha

16 MAR 2012

Por decisão do juízo da 153ª Zona Eleitoral, em análise de ação de impugnação de mandato eletivo, movida pelo Ministério Público do Paraná, o prefeito de Bituruna, Rodrigo Rossoni (PSDB), filho do presidente da Assembleia Legislativa, Valdir Rossoni (PSDB). O vice-prefeito João Vitorio Nhoatto, também foi cassado. Ambos são acusados de abuso do poder econômico na campanha, mas podem recorrer da decisão, que determina a diplomação dos candidatos que ficaram em segundo lugar no pleito.

O MP-PR interpôs a ação de impugnação contra os políticos, a Coligação "Renovação e Trabalho" e o PSDB. Segundo a promotoria, a coligação declarou ter gasto mais de R\$ 321 mil na prestação de contas de campanha, o que representa quase o triplo da arrecadação tributária mensal do município ou aproximadamente 25% da receita tributária anual da cidade, que conta com 12 mil eleitores. Foram contratados 528 cabos eleitorais, o equivalente a 11,44% dos 4.614 votos que

receberam ou a 5,45% do total de votos válidos computados, que foram 9.682. Somente com essas contratações os candidatos teriam gasto mais de R\$ 163 mil.

Citando o grande número de cabos eleitorais contratados em um município de pouco mais de 15 mil habitantes, o juiz Irajá Pigatto Ribeiro apontou na decisão que teria sido constatada "a indevida, gravíssima e inegável influência que o excessivo volume de recursos gastos em propaganda e em especial na contratação de trabalhadores em favor da candidatura dos impugnados", e que isso teve efeito na vontade do eleitor, viciando-a. O juiz lembra ainda que a eleição foi decidida por uma diferença de apenas 64 votos em favor de Rodrigo Rossoni.

O tucano e seu vice, João Vitorio Nhoatto foram eleitos em julho de 2011, em uma eleição suplementar para substituir do ex-prefeito Remi Ransolin (PTB), também cassado pela Justiça eleitoral.

Com a decisão, deve assumir a prefeitura o segundo colocado na eleição, Carlos Roberto Oliveira Silveira (PPS), o Robertinho.

JORNAL DO ESTADO

MINISTÉRIO PÚBLICO

16 MAR 2012

Richa confirma Giacoia como procurador geral

O procurador de Justiça Gilberto Giacoia foi indicado, ontem, pelo governador Beto Richa (PSDB), para o cargo de procurador-geral de Justiça. Ele foi o candidato mais votado na eleição realizada na quarta-feira pelos membros do Ministério Público do Estado. Na lista tríplice estavam Giacoia, que recebeu 397 votos, o procurador de Justiça Máriô Sérgio de Albuquerque Schirmer, que teve 247 votos, e o promotor de Justiça Fuad Chafic Abi Faraj, que obteve 86 indicações. Participaram da eleição 597 membros do Ministério Público, dos seus 620 integrantes. Cada qual pôde votar em até três candidatos. Houve 6 votos em branco e 2 nulos.

A lista tríplice foi entregue ao governador ontem pela manhã, pelo atual procurador-geral de Justiça, Olympio de Sá Sotto Maior Neto, e pelo presidente da Comissão Eleitoral, Vanderlei Bonamigo. “Decido de pronto, em homenagem à vontade manifesta pelos membros do Ministério Público na eleição e por conhecer a idoneidade, o conhecimento jurídico e a sensibilidade social do Doutor Gilberto Giacoia”, afirmou Richa, que pela Constituição Federal, tem a atribuição de indicar o procurador-geral entre os nomes indicados na lista tríplice apresentada pelo Ministério Público, após votação interna. “Esta é uma

prática que tenho adotado, de respeitar as decisões da maioria, como já aconteceu com a nomeação de reitores”, disse o tucano.

“Esta é uma conquista histórica e muito importante”, afirmou a secretária de Justiça, Maria Tereza Uille Gomes, que já exerceu o mesmo cargo, entre os anos de 2000 e 2002. Em 2004, foi a mais votada novamente, mas o então governador Roberto Requião não respeitou a lista e não a nomeou, preferindo colocar Milton Riquelme de Macedo no cargo. Em 2006, Olympio de Sá Sotto Maior Neto foi eleito, mas Riquelme de Macedo foi novamente reconduzido por Requião ao posto.

Trajectoria — Gilberto Giacoia é integrante do MP-PR há 31 anos. Foi procurador-geral de Justiça, de 1998 a 2000, tendo presidido o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do MP (CNPGE), de 1999 a 2000. Atua na 1ª Procuradoria de Justiça Criminal. Doutor em Direito Penal pela Universidade de São Paulo e pós-doutor pelas Faculdades de Direito das Universidades de Coimbra (2001) e Barcelona (2010), é professor na graduação e na pós-graduação da Faculdade Estadual de Direito de Jacarezinho, que integra a Universidade do Norte do Paraná (Uemp).

Responsabilidade - O procurador-geral de Justiça é o chefe máximo do Ministério Público Estadual, com mandato por um período de dois anos, permitida uma recondução. Como chefe da instituição, além de conduzir administrativamente o Ministério Público Estadual, imprimindo-lhe a política institucional, é dele a competência originária para propor alguns tipos de ação, como as que envolvem juízes, promotores, deputados, prefeitos, governador, dentre outras autoridades do Estado. Também preside os órgãos da administração do MP, como o Conselho Superior e o Colégio de Procuradores, e tem assento, como representante do Ministério Público, nos órgãos superiores da Justiça Estadual, como o Órgão Especial do Tribunal de Justiça. Integra, ainda, o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público.

GAZETA DO POVO

ABUSO DO PODER ECONÔMICO

Justiça afasta filho de Rossoni da prefeitura de Bituruna

R\$321.386,21

foram gastos por Rodrigo Rossoni na campanha eleitoral pela prefeitura de Bituruna.

16 MAR 2012

O prefeito de Bituruna, na região sul do Paraná, Rodrigo Rossoni (PSDB), teve o mandato cassado pela Justiça Eleitoral por abuso de poder econômico. Rodrigo é filho do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB). A decisão tomada nesta semana pelo juiz da 153.ª Zona Eleitoral atinge também o vice-prefeito, João Vitório Nhoatto. Ambos foram afastados do cargo. Eles ainda podem recorrer da decisão, mas não poderão retornar ao mandato enquanto o recurso não for julgado.

Segundo informações do Fórum de União da Vitória, o presidente da Câmara Municipal de Bituruna, Pedro Padilha, assume a prefeitura interinamente até que o segundo colocado nas eleições, Carlos Roberto Oliveira Silveira (PPS), o Robertinho, e o vice, Elvis Camargo (PR), possam assumir o mandato. Os dois foram diplomados ontem e a Câmara Municipal de Bituruna tem cinco dias para os oficializar no cargo. Robertinho é cunhado de Valdir Rossoni.

Rodrigo e Nhoatto foram eleitos em julho do ano passado, por meio de uma eleição complementar, convocada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), depois que o prefeito eleito em 2008, Remi Ranssolin (PTB), foi cassado pela Câmara Municipal. Além da perda do cargo, a sentença ainda determina que os dois fiquem inelegíveis pelos próximos oito anos.



Rodrigo Rossoni poderá recorrer da decisão, mas fora do cargo.

A decisão julgou procedente a ação proposta pelo Ministério Público Eleitoral (MPE), segundo a qual Rodrigo e Nhoatto contrataram 528 cabos eleitorais para a campanha à prefeitura de Bituruna, cidade de 15 mil habitantes e 12.073 eleitores. O número de cabos eleitorais contratados equivale a 11,4% dos 4.614 votos que eles receberam no pleito. As contratações teriam custado, aproximadamente, R\$ 163,8 mil. Na campanha toda, os gastos chegaram a quase R\$ 321,4 mil. O valor é equivalente a cerca de 25% da receita do município. Na sentença, o juiz confirma que essa situação configura abuso de poder econômico.

Outrolado

A assessoria de Rodrigo Rossoni informou que ele vai se manifestar em dois dias. A reportagem não conseguiu contato com o prefeito interino, Pedro Padilha. Robertinho, que deve assumir a prefeitura nos próximos dias, era vice do ex-prefeito Remi Ranssolin, que teve o mandato cassado.

GAZETA DO POVO

TCU condena ex-reitor e secretário de Richa a pagar R\$ 25,3 milhões

16 MAR 2012

Decisão se refere
a supostas
irregularidades em um
convênio de ensino a
distância com a UFPR.
Dinheiro deverá ir para o
caixa da universidade

Euclides Lucas Garcia

Um convênio celebrado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) em junho de 2004 para a execução de cursos de ensino a distância pode engordar os cofres da instituição em R\$ 25,3 milhões. Em decisão publicada no Diário Oficial na última terça-feira, o Tribunal de Contas da União (TCU) julgou irregulares as contas do convênio, que também envolveu a Fundação da Universidade Federal do Paraná (Funpar) e o Instituto Tecnológico de Desenvolvimento Educacional (ITDE). Além dessas duas últimas instituições, quatro gestores, entre eles o ex-reitor da UFPR Carlos Moreira Jr., foram condenados a recolher R\$ 8,4 milhões — R\$ 25,3 milhões em valores atualizados — ao caixa da universidade. Ainda cabe recurso da decisão.

Pelo convênio, o ITDE forneceria a infraestrutura necessária para oferecer cursos profissionalizantes de ensino a distância de técnico em contabilidade, em administração e em secretariado. A entidade arrecadaria os recursos provenientes das inscrições e mensalidades de alunos e da venda de material didático e, após deduzir os seus custos operacionais, repassaria o restante à Funpar, responsável pela movimentação financeira do projeto. Já o controle técnico, administrativo e financeiro do convênio seria de responsabilidade da UFPR, por meio de sua Escola Técnica (ETUFPR).

De acordo com a decisão do TCU, cobranças de taxas de teste de seleção, mensalidades dos alunos matriculados e venda de material didático movimentaram R\$ 8,4 milhões, que deveriam ter sido revertidos ao caixa da UFPR. No entanto, o ITDE centralizou o dinheiro em sua própria conta bancária, não prestou contas parciais e ao final da aplicação dos recursos nem comprovou que a verba foi aplicada de maneira correta. O acórdão do TCU cita, inclusive, uma auditoria interna realizada pela própria UFPR, que sinalizou na mesma linha da análise feita pelo tribunal.

Além do ex-reitor Carlos Moreira Jr., que assinou o convênio da época, a Funpar e o ITDE, o TCU condenou outros gestores a “recolher solidariamente” R\$ 25,3 milhões em valores atualizados aos cofres da UFPR. Também foram atingidos pela decisão o atual secretário estadual de Ciência e Tecnologia; Alípio Leal, diretor da ETUFPR na época do convênio; Carlos Alberto de Ávila, coordenador administrativo do convênio; e Marcos Aurélio Paterno, presidente do ITDE.

Moreira Jr., Paterno e o ITDE também terão de pagar cada um multa de R\$ 600 mil, enquanto Leal, Ávila e a Funpar receberam punição de R\$ 100 mil cada. Assim que forem notificados, todos eles terão 15 dias para recorrer ou, então, pagar as quantias determinadas pelo TCU.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Moreira Jr. diz estar tranquilo em relação ao desfecho do caso

O ex-reitor Carlos Moreira Jr. disse que vai recorrer da decisão e que seus advogados estão tranquilos quanto ao desfecho do caso. Segundo Moreira, embora coubesse a ele, como reitor, assinar o convênio, a responsabilidade sobre a execução do projeto era da Escola Técnica da UFPR (ETUFPR). "Em nenhum momento, a universidade cobrou de ninguém para fazer esses cursos nem qualquer professor ou gestor recebeu por isso. Nem mesmo à ETUFPR recebeu dinheiro", disse. "É um equívoco cobrar a devolução de recursos que nunca passaram pelos cofres da universidade. Todo o dinheiro foi cobrado e gerido pelo ITDE."

Funpar

A Funpar também anunciou que vai recorrer. Segundo André Feofiloff, assessor jurídico da entidade, a Funpar só foi colocada no processo por ter deixado de movimentar R\$ 40 mil referentes ao convênio. "Inclusive, ajuizamos uma medida judicial de prestação de contas contra o ITDE, que nos repassou esse dinheiro, mas não indicou o que fazer com ele. Não é a Funpar quem decide o que fazer, mas o executor do convênio. Tanto que esse dinheiro ficou separado contabilmente", afirmou. "Em relação a eventuais outras irregularidades, a Funpar não tem qualquer conhecimento ou gerência. O que cabia a ela foi feito."

O ITDE e seu presidente, Marcos Aurélio Paterno, disseram que não iriam se pronunciar porque ainda não tinham tomado conhecimento da decisão. Alípio Leal e Carlos Alberto de Ávila não foram encontrados pela reportagem.

16 MAR 2012

IRREGULARIDADES

Confira os problemas apontados pelo TCU:

Centralização, pelo ITDE, em sua própria conta bancária, dos R\$ 8,4 milhões arrecadados com os cursos a distância, quando o dinheiro deveria ter sido movimentado no caixa da UFPR.

Não apresentação, pelo ITDE, das prestações de contas parciais e final do convênio.

Falta de transparência, pelo ITDE, da aplicação dos recursos arrecadados.

▶ Não comprovação, pelo ITDE, da aplicação correta do dinheiro arrecadado.

▶ Delegação, pela Funpar e ETUFPR, de competência irregular para que o ITDE movimentasse os recursos financeiros.

▶ Omissão dos gestores quanto ao acompanhamento e supervisão administrativo-financeiro da execução do projeto.

Fonte: Tribunal de Contas da União.



Leal: secretário era diretor da Escola Técnica da UFPR na época do contrato.



Daniel Deryewski/Gazeta do Povo

Carlos Moreira Jr.: multa de R\$ 600 mil e prazo de 15 dias para recorrer.

GAZETA DO POVO

PROCURADOR

Beto Richa confirma Giacoaia como novo chefe do MP

16 MAR 2012

■ O governador Beto Richa (PSDB) confirmou ontem a nomeação do procurador Gilberto Giacoaia para o cargo de procurador-geral de Justiça. Giacoaia venceu a eleição interna do órgão, que ocorreu na quarta-feira. A posse do novo procurador-geral está marcada para o dia 9 de abril. ele irá substituir Olympio de Sá Sotto Maior Neto no cargo.

Antes mesmo da divulgação oficial da escolha, Richa anunciou sua decisão pelo microblog Twitter. "Acolho a decisão do Ministério Público. Respeitando [o] resultado da eleição e a escolha da maioria", disse o governador em uma postagem feita por volta das 13h20. Segundo o Ministério Público, a lista tríplice com o resultado da votação foi entregue ontem pela manhã ao governador.

A votação do Ministério Público foi realizada pela internet e teve três candidatos: o promotor Fuad Faraj e o procurador Mário Schirmer, além de Gilberto Giacoaia, que recebeu 397 votos. Ele foi seguido por Schirmer, com 247 votos, e por Fuad Faraj, que recebeu 86 indicações.

16 MAR 2012

GAZETA DO POVO

DECISÃO

Supremo julga ação de 1959

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou ontem a ação mais antiga que tramitava na corte: foram 52 anos para dar a palavra final em uma disputa por terras em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A lentidão do Tribunal acabou sendo decisiva para o resultado, já que, apesar de reconhecer que havia ilegalidade no caso, os ministros preferiram não desfazer uma situação que se consolidou há décadas.

A ação foi ajuizada em 1959 pelo então procurador-geral da República, Carlos Medeiros Silva. Ele alegava que o estado de Mato Grosso, antes da divisão que levou à criação de Mato Grosso do Sul, desrespeitou a Constituição da época ao doar terras com área superior a 10 mil hectares para seis empresas, no contexto da colonização do Centro-Oeste. De acordo com o Ministério Público, a doação não poderia ser feita sem a autorização do Senado e teria, portanto, que ser anulada. O relator do caso, ministro Cezar Peluso, lembrou que a área abriga mais de 80 mil pessoas em vários municípios.

MUDANÇA

Justiça ganha suplemento semanal

A partir da próxima sexta-feira, dia 23 de março, a temática de justiça ganha um reforço de peso nas páginas da Gazeta do Povo. Será o dia da primeira edição do suplemento semanal intitulado Justiça & Direito, voltado a operadores de Direito e que trará espaço para artigos jurídicos, análises de jurisprudência, entrevistas especiais e questões de concursos públicos, além de uma grande reportagem semanal. Sugestões de pautas e informações sobre o caderno podem ser solicitadas pelo email justica@gazetadopovo.com.br.

Com o novo caderno, este espaço será ocupado pela temática Vida Prática, que vai ensinar ao leitor o "como fazer" de diversas atividades. Entre os primeiros temas estão: como estruturar uma ação de Carona Solidária; como montar um conselho de segurança; como pedir indenização em casos de acidentes em ônibus. Envie suas sugestões para vidaecidadania@gazetadopovo.com.br.

GAZETA DO POVO

TSE proíbe campanha noTwitter

16 MAR 2012

Os candidatos a cargos eletivos não podem usar o microblog Twitter para se autopromover ou pedir votos antes do período de propaganda permitido por lei. É o que definiu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por 4 votos a 3, em julgamento na noite de ontem. Os ministros entenderam que o Twitter é um meio de difusão de massa e que, assim como ocorre no rádio e na tevê, a propaganda só deve ser autorizada a partir do dia 6 de julho do ano eleitoral.

As regras já valem para as eleições municipais deste ano, e caso o candidato desrespeite o entendimento do TSE, pode receber multa que varia entre R\$ 5 mil e R\$ 25 mil. As informações são da Agência Brasil.

O TSE analisou recurso do candidato à vice-presidência da República Índio da Costa, que disputou o cargo na chapa de José Serra (PSDB) em 2010. O Ministério Público Eleitoral acionou o TSE para contestar quatro mensagens em que o político pedia votos para Serra. As mensagens foram postadas no microblog dois dias antes do período permitido por lei.

O julgamento do caso no plenário do TSE começou em março de 2011, e foi interrompido por dois pedidos de vista, sendo que o placar estava em 2 a 2 — Aldir Passarinho Junior e Marcelo Ribeiro votaram pela proibição, enquanto Cármen Lúcia e Antonio Dias Toffoli defenderam que o Twitter é uma ferramenta sem potencial de massa. A maioria vencedora se formou com os votos dos ministros Arnaldo Versiani e Ricardo Lewandowski, que ontem defenderam que o Twitter tem alcance ilimitado.

Em um ano. 165 moradores de rua foram mortos no país

Disque 100 recebeu

453 denúncias de

violência contra

população de rua

em 2011. Destas,

55 foram no Paraná

■ De abril de 2011 até a semana passada, 165 moradores de rua foram mortos no Brasil — o equivalente a uma morte a cada dois dias. O balanço foi divulgado ontem pelo Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores. Segundo a coordenadora do centro, Karina Vieira Alves, as investigações policiais de 113 destes casos não avançaram e ninguém foi identificado e responsabilizado pelos homicídios. A entidade também registrou 35 tentativas de homicídios, além de vários casos de lesão corporal. As informações são da Agência Brasil.

O Disque 100, serviço mantido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para receber denúncias sobre violações de direitos humanos, registrou, durante todo o ano passado, 453 denúncias relacionadas à violência contra a população de rua. Casos de tortura, negligência, violência sexual, discriminação, entre outros. As unidades da federação

com o maior número de denúncias em termos absolutos foram São Paulo (120), Paraná (55), Minas Gerais e o Distrito Federal, ambos com 33 casos.

Subnotificação

Embora expressivos, os números não traduzem a real violência a que estão expostas as pessoas que vivem nas ruas. De acordo com Karina, muitos dos crimes cometidos contra esta população não são devidamente notificados. Além disso, a falta de dados confiáveis que torne possível comparar a atual situação não permite concluir se a violência contra o grupo vem aumentando ao longo dos últimos anos. “Este é o número de denúncias [notificadas]. Sabemos que há problemas muito graves que não são denunciados”, disse a coordenadora-geral da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, Ivanilda Figueiredo, sobre os números do Disque 100.

Segundo representantes de entidades de moradores de rua que participaram ontem da reunião extraordinária do Comitê Intersetorial de Monitoramento da População em Situação de Rua, em Brasília, existe atualmente uma escalada da violência. De acordo com eles, as recentes mortes e agressões a moradores de rua no Distrito Federal e em Mato Grosso do Sul não foram casos isolados e só chegaram ao conhecimento da imprensa porque as famílias das vítimas exigiram providências.

“Eu todo dia recebo e-mails sobre mortes de moradores de rua. Elas estão acontecendo e vão continuar ocorrendo. Por isso, queremos uma ação enérgica do governo federal”, declarou Anderson Lopes, representante paulista do Movimento Nacional de População de Rua.

Para Samuel Rodrigues, o representante mineiro do movimento, o país vive um momento triste com os episódios de violência contra a população de rua. “Em 2004, o movimento nacional surgiu em função de uma morte. Naquele momento, nós discutíamos os direitos da população de rua. Hoje, estamos aqui discutindo o seu extermínio. Estamos lutando para não morrer”.

A reunião do comitê estava agendada para o fim do mês, mas foi antecipada após um comerciante ter contratado um grupo de jovens para matar dois moradores de rua de Santa Maria (DF).

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

CRONOLOGIA

Recorde alguns casos de agressão a moradores de rua nos últimos dois meses:

15 mar – Um adolescente de 16 anos ateou fogo em um grupo de quatro moradores de rua em Linhares (ES). A agressão aconteceu em uma quadra de esportes abandonada. Marinalva da Silva Alves, de 64 anos, teve 70% do corpo queimado e está internada em estado grave. Os outros conseguiram escapar antes de ser atingidos pelas chamas.

10 mar – O morador de rua Levidá Costa, de 22 anos, teve pelo menos 40% do corpo queimado em Campo Grande (MS). Ele dormia em um terreno baldio quando três homens e duas mulheres o abordaram. Levi foi amarrado a uma árvore, agredido e depois teve o corpo incendiado. Em Taguatinga (DF), dois homens que moravam na rua foram mortos a tiros, enquanto dormiam debaixo de árvores.

28 fev – Um homem de 30 anos sofreu queimaduras de primeiro e segundo graus no tórax e nas mãos enquanto dormia na Praça Santos Dumont, no Centro de Curitiba. Ele foi socorrido no Hospital Evangélico.

26 fev – Dois mendigos foram atacados enquanto dormiam em Santa Maria (DF). Uma das vítimas, José Edson Miclos de Freitas, teve 63% do corpo queimado e morreu horas depois. Paulo Cezar Maia teve queimaduras em 22% do corpo e foi internado em estado grave. Quatro suspeitos foram presos. Entre eles, um comerciante, que teria ordenado o atentado, e dois adolescentes.

20 fev – Após um desentendimento, um morador de rua de 22 anos ateou fogo em dois outros andarilhos em Belo Horizonte (MG). O agressor foi preso em flagrante. Uma das vítimas, de 43 anos, não resistiu aos ferimentos em 80% do corpo e morreu.

17 fev – Um morador de rua, de 31 anos, sofreu queimaduras após ser atacado por duas pessoas que atearam fogo no seu corpo, no Recife (PE). A vítima sofreu queimaduras em 45% do corpo.

16 MAR 2012

GAZETA DO POVO

Identificada suspeita de atear fogo em rapaz

Heliberton Cesca

Uma mulher identificada como “Mônica” é a principal suspeita de ter ateado fogo no morador de rua Ygor Holowka, de 30 anos, no Centro de Curitiba, em crime ocorrido no dia 28 de fevereiro. O rapaz afirma que acordou com parte do corpo queimando enquanto dormia na Praça Santos Dumont, ao lado da Rua Saldanha Marinho. Na época, ele foi socorrido pelo Siate depois de pedir socorro em um restaurante nas proximidades. Ele teve queimaduras de segundo grau nas mãos e no tórax.

O delegado titular da Delegacia de Homicídios (DH), Rubens Recalcatti, disse que a autoria do crime foi descoberta nesta semana. Até então, uma das hipóteses cogitadas pela investigação é que Holowka, que até recentemente cumpria pena por furto qualificado, tivesse se queimado sozinho, em um acidente. “Quem quei-

mou ele foi uma mulher de nome Mônica, que já está envolvida em outro caso de morte no Centro”, declarou o policial.

Segundo a Polícia Civil, o rapaz fugiu do Hospital Evangélico, onde foi socorrido, dias depois do acidente e não apareceu na delegacia para prestar depoimento. O delegado informou que deve pedir a prisão preventiva da mulher nos próximos dias e que uma equipe de policiais está à procura dela para tentar levá-la à delegacia para prestar depoimento.

O outro caso em que Mônica é suspeita é o assassinato de um homem de cerca de 40 anos, conhecido como “Baiano”, na Rua Paula Gomes, no centro histórico da capital, ocorrido em 3 de fevereiro. Além de Mônica, que usaria também o nome de Priscila Alves, são suspeitas da morte de Baiano uma adolescente e outra mulher identificada como Etiane Mutto Corvello, de 24 anos.

113 assassinatos

de moradores de rua registrados pelo Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores entre abril de 2011 e a semana passada continuam sem solução. As investigações policiais não avançaram e ninguém foi identificado ou responsabilizado pelos homicídios.

CONTINUA

16 MAR 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Ministra defende criação de delegacias especializadas

A ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário, defendeu a criação de delegacias de polícia especializadas no atendimento a moradores de rua como uma das respostas ao que classificou como uma "escalada de violência e de mortes que estão ocorrendo nas ruas".

"Já conversei com alguns governadores e meu pedido é que cada estado conte com ao menos uma delegacia de referência, especializada, que se responsabilize pelo atendimento dos casos envolvendo a população de rua", disse, durante a reunião extraordinária do Comitê Intersetorial de Monitoramento da População em Situação de Rua, em Brasília.

Segundo a ministra, as delegacias especializadas não só contribuiriam para reduzir o número de casos insolúveis, como proporcionariam maior agilidade no atendimento às denúncias feitas ao serviço Disque 100, mantido pela secretaria. "Hoje temos pouca mobilidade", disse.

FOLHA DE S. PAULO

Meio século depois, STF julga ação mais antiga

16 MAR 2012

Supremo recebeu o processo em 1959

Depois de meio século e três novas Constituições, finalmente foi julgada ontem a ação que há mais tempo tramitava no STF (Supremo Tribunal Federal). Ela questionava concessões de terras pelo Estado do Mato Grosso no início da década de 1950.

Todos os ministros reconheceram que houve inconstitucionalidade nas concessões de áreas públicas, mas a maioria preferiu julgar “improcedente” a ação em razão da insegurança jurídica que poderia gerar, caso o STF declarasse nulos aqueles atos.

A ACO (Ação Cível Originária) nº 79 chegou ao Supremo em 1959. O Brasil havia acabado de vencer, em 1958, seu primeiro campeonato mundial de futebol, a Suprema Corte ainda era no Rio e seus atuais membros eram na melhor das hipóteses adolescentes. Um deles, José Antonio Dias Toffoli, precisaria esperar oito anos para nascer.

O caso discutido era polêmico. Segundo o ministro Marco Aurélio Mello, “à época foi um verdadeiro escândalo nacional”. Entre 1952 e 1954, o governo de Mato Grosso concedeu milhares de hectares de terras a particulares.

A Constituição então em vigor dizia que a alienação de áreas com mais de 10 mil hectares deveria ser aprovada pelo Senado Federal. O Estado do Mato Grosso ignorou a regra e doou, sem o crivo dos senadores, 100 mil hectares para uns, 200 mil ou até 300 mil hectares para outros.

Alguns anos depois, em 1959, a União entrou com a ação no Supremo alegando que tudo aquilo era nulo.

O tempo passou, vieram as Constituições de 1967, 1969 (Emenda nº 1) e 1988, que limitaram ainda mais a possibilidade de alienação das terras. Hoje o Congresso deve aprovar qualquer concessão acima de 2.500 hectares.

No julgamento, os ministros entenderam que de fato houve irregularidade. O relator, porém, argumentou que naquelas áreas hoje existem municípios: as áreas foram divididas e povoadas por famílias que ficariam desamparadas se perdessem as terras.

Com base nos princípios da segurança jurídica e da boa fé, ele decidiu julgar a ação improcedente e foi seguido por Rosa Weber, Luiz Fux, Dias Toffoli e Cármen Lúcia.

Já Ricardo Lewandowski, Ayres Britto e Marco Aurélio entenderam que a inconstitucionalidade não podia ser ignorada. “A segurança jurídica está em se respeitar a Constituição, não em jogar a Carta no lixo”, disse Marco Aurélio.

16 MAR 2012

FOLHA DE S. PAULO

Juiz declara ilegal greve na usina de Jirau

Magistrado determina retorno ao trabalho de 15 mil operários que pararam obras da hidrelétrica em Rondônia

Entendimento é que movimento pode causar conflitos; Estado pediu ao governo federal o envio da Força Nacional

A Justiça do Trabalho declarou ontem ilegal a greve de operários que paralisou nesta semana o canteiro de obras da usina hidrelétrica de Jirau (RO), no rio Madeira, acatando pedido da construtora Camargo Corrêa. Os trabalhadores reivindicam melhores condições de trabalho.

O juiz Ilson Alves Pequeno Júnior determinou o retorno imediato dos trabalhadores às atividades. Até o início da noite, porém, os operários ainda não haviam voltado ao trabalho. Hoje, haverá uma assembleia para discutir o assunto, segundo o Sticcero (sindicato dos trabalhadores da construção civil).

Se a decisão não for cumprida, o sindicato ficará sujeito ao pagamento de multa diária de até R\$ 200 mil.

Para evitar que se repetissem focos de tensão como os que ocorreram há um ano, a Secretaria de Segurança de Rondônia pediu ao governo federal que envie homens da Força Nacional de Segurança Pública para acompanhar o movimento grevista. Cem policiais militares chegaram anteontem ao local.

FORÇA NACIONAL

A situação ontem estava tranquila, segundo a secretaria estadual e o Sticcero. O Ministério da Justiça, ao qual a Força Nacional está subordinada, informou não ter recebido o pedido do Estado.

Os 15 mil funcionários da Camargo Corrêa decidiram paralisar atividades nesta semana — a maioria teria sido impedida de trabalhar pelos grevistas. Ao todo, são cerca de 20 mil pessoas na obra.

O movimento grevista começou na semana passada, quando 1.500 operários de uma empresa terceirizada — a Enesa — cruzaram os braços por melhores condições de trabalho. Funcionários da Camargo Corrêa também aderiram ao movimento.

Na decisão de ontem, o juiz disse que funcionários da Enesa causaram “insegurança e medo na classe trabalhadora” e afirmou que a manutenção da greve pode repetir “lamentáveis fatos” de 2011.

No ano passado, um quebra-quebra promovido por operários destruiu parte das instalações do local.

Os trabalhadores reivindicam adiantamento da database, aumento no valor da cesta básica e diminuição no intervalo da “baixada” (liberação para visita a familiares em outros Estados).

A Camargo Corrêa diz dispor de instalações adequadas e que mantém o diálogo com representantes dos operários. A Enesa não se manifestou.

16 MAR 2012

FOLHA DE S. PAULO

Do virtual ao real

Cassada pela Justiça, medida do Procon-SP que suspendeu vendas on-line serviu mais para atrair atenção do que para proteger o consumidor

Na tela do computador, tudo funciona bem. O consumidor pode comparar preços, analisar o produto e pagar com segurança sem ter de se deslocar até a loja ou perder tempo ao telefone.

Ao que tudo indica, é quando se passa do mundo virtual para o real que surge a maior parte dos problemas no comércio eletrônico. O número de reclamações sobre produtos não entregues ou atrasos no seu recebimento cresce a cada ano e acabou por suscitar drástica intervenção do Procon-SP.

O órgão de defesa do consumidor, ligado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado, suspendeu por 72 horas o funcionamento de três portais de vendas on-line: Americanas, Submarino e Shoptime. São controlados por uma só empresa, a B2W, que concentra 20% das compras por internet no país.

A medida foi tomada na véspera da data em que se comemora o Dia do Consumidor. Se se tratava de uma demonstração de força do Procon, feita —vá lá o termo— para consumo da plateia, cabe assinalar que não teve pleno sucesso.

A iniciativa, sem dúvida draconiana, foi suspensa por liminar judicial no mesmo dia. Argumentos jurídicos à parte, é o caso de perguntar se tal suspensão, com os temporários incômodos que provoca ao próprio internauta, era a for-

ma mais adequada de protegê-lo.

Não seria suficiente instrumento punitivo a aplicação da já considerável multa de R\$ 1,744 milhão à reincidente B2W, segunda colocada na lista das empresas com maior quantidade de reclamações no Estado de São Paulo?

É verdade que, do ponto de vista do público, a paciência tem limites. Leve-se em conta que reclamar ao Procon ainda não é a primeira atitude de grande parte do público brasileiro quando se vê prejudicado. É comum que tolere atrasos na entrega, como se fosse circunstância normal da vida, só registrando sua queixa quando o fenômeno se repete.

Problemas desse tipo, de todo modo, têm crescido em intensidade. Na comparação com o ano anterior, em 2011 cresceu 180% o número de reclamações contra a B2W.

A empresa assinala que também o volume das compras pela internet cresceu acima do esperado, acarretando dificuldades logísticas para seus serviços.

Acrescentem-se, nas grandes cidades do país, os fatores de sempre: um trânsito ingovernável e a baixa qualificação dos serviços terceirizados ocultam-se sob as promessas de eficiência e facilidade anunciadas na internet.

É o país real em conflito com o ambiente virtual. Desse confronto sai usualmente prejudicado o consumidor. A menos, claro, que se intensifiquem iniciativas de fiscalização e punição —algo a ser realizado cotidianamente, e não tanto por arroubos com data marcada, nos quais obter repercussão parece ser o objetivo preponderante.

16 MAR 2012

FOLHA DE S. PAULO

Alvo de desvio, prédio do TRT em SP já não comporta todas as varas

DE SÃO PAULO - O TRT (Tribunal Regional do Trabalho) da 2ª Região (São Paulo) decidiu alugar um prédio para abrigar 30 novas varas oito anos após inaugurar o polêmico Fórum Rui Barbosa, na Barra Funda.

Com 90 varas, o fórum ficou famoso por causa do escândalo envolvendo o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, conhecido como Lalau. Ele foi condenado pelo caso. Os desvios foram estimados em R\$ 169,5 milhões.

Agora, o TRT diz que precisa ampliar suas instalações por conta do aumento da demanda. Mas, em vez de comprar um novo imóvel, o tribunal decidiu alugar um que ainda está em construção. O contrato foi feito sem licitação. A notícia foi divulgada ontem pelo jornal "O Estado de S. Paulo".

Pertencente à empresa Vivi-

con Locações e Participações, o prédio será alugado por R\$ 769,9 mil mensais. A previsão é que o imóvel, que fica perto do fórum, seja entregue em junho.

O prédio terá 16,8 mil m² divididos em oito andares, sendo cinco usados para as varas, um para estacionamento e dois para apoio.

Segundo o tribunal, o contrato foi feito sem licitação porque não havia outras opções. A corte argumenta que a dispensa está prevista na lei.

O TRT afirma que até o final do ano 10% de suas varas deverão ser eletrônicas.

De acordo com o TRT, as novas varas, criadas em uma lei sancionada no ano passado, irão reduzir em 30% o volume de ações por juiz. O tribunal afirma ter 600 mil processos em tramitação.

TSE veta propaganda eleitoral no Twitter antes da campanha

DE BRASÍLIA - Por 4 votos a 3, o Tribunal Superior Eleitoral decidiu ontem que o Twitter não pode ser usado, antes do início da campanha eleitoral, em 6 de julho, por candidato ou partido com o intuito de pedir votos ou promover candidaturas.

A maioria apertada dos ministros entendeu que a rede social é um local de propaganda eleitoral efetiva, onde prevalecem as regras válidas para outros meios de comunicação, como o rádio e a televisão.

Foi a primeira vez que o plenário do TSE analisou o tema. O debate aconteceu no julgamento de um caso específico, ocorrido na campanha presidencial de 2010, mas é uma sinalização do tribunal para as eleições municipais deste ano.

Os ministros julgaram uma representação do Ministério Público contra o então pré-candidato a vice do tucano José Serra, Índio da Costa (DEM-RJ), que pediu votos a um seguidor. Ele foi multado em R\$ 5.000.

16 MAR 2012

FOLHA DE S. PAULO

Justiça manda varejista regularizar aprendiz

Decisão foi motivada por ação do Ministério Público;
Pernambucanas dizem respeitar lei

A Justiça do Trabalho de Campinas concedeu liminar em favor de uma ação do Ministério Público do Trabalho que determina que as Casas Pernambucanas regularizem a contratação de jovens aprendizes em suas lojas.

Procurada pela **Folha**, a empresa não se pronunciou sobre a questão.

O MPT identificou irregularidades nos contratos após receber informações de uma ação trabalhista de um jovem de uma loja de Piracicaba, a 160 quilômetros da capital.

“Pela legislação, o aprendiz, de 14 a 24 anos, deve desempenhar função que exija técnicas profissionais específicas, ter jornada reduzida (seis horas) e participar de curso de formação profissional. Não pode apenas executar tarefas como um funcionário normal”, diz o procurador Nei Messias Vieira.

Segundo ele, esses critérios não eram obedecidos na contratação dos aprendizes.

A empresa foi chamada para assinar um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), mas, como se recusou, segundo informa Vieira, o MPT entrou com uma ação civil pública pedindo a regularização dos contratos.

“Desde 2010, percebemos a prática dessa contratação irregular em várias lojas. Como a empresa tem 15 mil funcionários, não sabemos mensurar quantos são os aprendizes irregulares”, diz Vieira.

A ação pede que as Pernambucanas realizem cursos teóricos de aprendizagem e também que a empresa seja condenada a pagar R\$ 6 milhões por danos morais.

Na sexta-feira, o MPT de São Paulo informou que também ajuizou ação contra as Pernambucanas por exploração de trabalho considerado degradante em oficinas de costura e fornecedores que prestaram serviço à empresa na fabricação de roupas.

Em nota, a empresa afirma que regula sua relação com os fornecedores, proíbe a adoção de práticas trabalhistas que não estejam de acordo com a lei brasileira e com a OIT (Organização Internacional do Trabalho).

A empresa afirma ainda que não assinou TAC porque optou por discutir a questão no Poder Judiciário.

TRIBUNA DO PARANÁ

Caso Giovanna 1 6 MAR 2012

Com absolvição dos ciganos, tudo volta à estaca zero: Polícia tem o desafio de descobrir seis anos depois quem foi o autor ou os autores do crime

"O assassino está nas ruas"

"O assassino está nas ruas. Ele está solto e pode pegar outras crianças. E nós cobramos isto, nós queremos Justiça". Esta frase foi pronunciada ontem à tarde em Quatro Barras por Albani Costa, 50 anos, tia da garota Giovanna dos Reis Costa, assassinada em 10 de abril de 2006. Albani foi uma das poucas familiares que acompanharam até o fim o julgamento dos ciganos Vera Petrovich e seu filho Pero Petrovich, inocentados do crime pelo Tribunal do Júri nas primeiras horas da madrugada de ontem. Ela se referia ao fato de o Estado não ter resolvido o crime.

O sentimento de Albani e o da família era de cansaço, frustração e tristeza. Uma dor que vai se prolongar até quando ninguém sabe. A decepção foi por conta do inquérito elaborado pela delegada Margareth Alferes Motta, aceito pelo promotor Octacílio Sacerdote Filho e desenhado no primeiro dia de julgamento como uma peça pífia de acusação. "Não teve uma prova. Na época tinha até outras linhas de investigação que foi levada para a delegada e ela ignorou, preferindo esta", recorda Albani. Ela suspira decepcionada: "Muita falha, muita falha. Hoje eu não consigo trabalhar direito. Naquele julgamento parece que a gente desenterrou a Giovanna. Foi muito difícil", diz ela.

"Eu só quero justiça"

A mãe de Giovanna, Cristina Aparecida Costa, amanheceu frustrada e triste em sua residência em Quatro Barras. O seu marido, Altevir Costa, entrou em depressão, perdeu três quilos e se recusa a comer e a beber. Ficou doente e não foi trabalhar na empresa em Colombo, nem ontem e tampouco anteontem. O problema que atormentou os pais da garota nestes últimos seis anos ainda continua latejando

em suas cabeças. E, desta vez, de forma ainda mais inquietante: "Quem matou minha filha? Eu só quero Justiça. Eu quero que o Estado saiba que eu tenho direito a Justiça. Eu quero saber quem matou minha filha", diz Cristina num fio de voz.

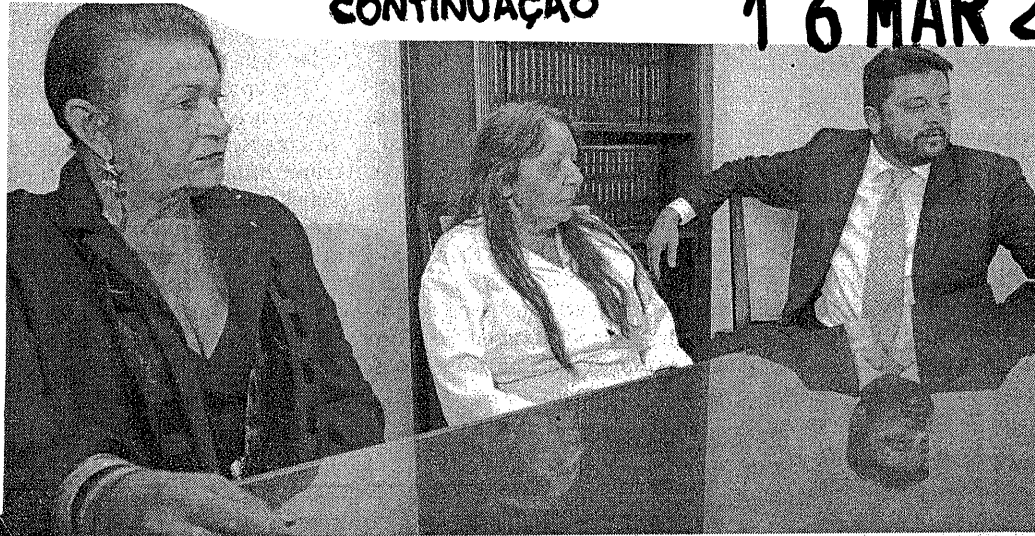
Os pais da menina nem foram ao terceiro dia de julgamento. O frustrante desempenho da delegada Alferes Motta, arrolada como testemunha de defesa pelo advogado Cláudio Dalledone Júnior, evidenciava as poucas chances da família sair do tribunal com a sensação de caso encerrado e justiça feita. Não havia provas materiais contra os acusados: a peça acusatória era frágil e controversa.

Um massacre

Os furos e contradições - e principalmente ausência de provas sólidas para incriminar os acusados - eram tantos, que Cristina Aparecida e Altevir Costa começaram a chorar. E o advogado de defesa Cláudio Dalledone Júnior, à frente de uma banca com mais quatro assistentes, fez a delegada de gato e sapato: foi um massacre. "O Estado devia excluir esta delegada de seus quadros por incompetência", disse ele num dos intervalos no primeiro dia de julgamento. Não sobrou muita coisa para a ação do promotor Marcelo Ralzer, de Ponta Grossa, que substituiu Octacílio Sacerdote Filho, o autor da denúncia. Nos debates, no começo da noite do terceiro dia de julgamento, ele se referiu a si mesmo com palavras que servem para definir o caso para o qual foi escalado: "Dizem que sou o defensor das causas impossíveis".

Do jeito que o inquérito chegou ao tribunal, aquela era uma causa impossível de defender. Cristina Aparecida, a mãe de Giovanna, percebeu. Nem foi conferir o último dia. E ontem era a própria imagem do desespero. "Eu estou decepcionada. A delegada disse uma coisa para nós e agora nós percebemos que está tudo errado. É muito frustrante. Eu só quero Justiça. Quero saber quem matou minha filha e peço punição", disse. "Esta pessoa pode ser outra que está solta por aí. Eu estou indignada. Eu não sei mais nada", disse, cansada de esperar a promoção de Justiça que devia ser feita pelo Estado. Uma espera que vai se alongar mais. Muito mais.

CONTINUA



Dalledone com Vera Petrovich (centro) ontem, em seu escritório: novas investidas da defesa.

Advogado agirá contra delegada Margareth Alferes Motta

O advogado Cláudio Dalledone Júnior afirmou ontem em entrevista coletiva em seu escritório que vai representar contra a delegada Margareth Alferes Motta, autora do inquérito que apontou os ciganos Vera e Pero Petrovich autores da morte da menina Giovanna. "O que ela fez foi inaceitável. Ela mentiu, faltou com a verdade, omitiu detalhes importantes. Isso é brincadeira. É uma palhaçada. Ela vai ser julgada por roubar cargas de dia. Como um ser

humano deste por julgar outras pessoas? Poder de polícia é uma coisa muito séria. Ela não tem caráter, não tem probidade. Ela deixou a Secretaria de Segurança Pública refém do caso Giovanna. E ela vai ter que responder por isso", disse.

Indagado se também pretendia acionar o Ministério Público pelo fato de o promotor Octacílio Sacerdote ter formalizado a denúncia com base numa peça sem elementos probatórios consistentes, Dalledone temporizou: "Também não pre-

tendo abrir uma frente tão grande assim", disse. O advogado disse que não pretende tomar iniciativa para obrigar o Estado a indenizar os dois ciganos pelos anos em que ficaram presos. "Eu vou aguardar um espaço de tempo. E esperar a família decidir se tem ou não interesse de tomar esta iniciativa de processar o Estado. Caso tenha, eu posso encaminhar ou sugerir algum advogado para que faça isso", disse ele. A reportagem tentou sem sucesso localizar a delegada Margareth.

Seis anos depois, vai começar de novo

O ciganos Vera e Pero Petrovich foram absolvidos na madrugada de ontem pelo Tribunal do Júri da acusação de matarem a garota Giovanna, em 2006. O juiz Plínio Augusto Penteado ordenou a emissão de alvará de soltura, que foi cumprido ontem mesmo. Ontem à tarde os ciganos já estavam em alguns programas de televisão concedendo entrevistas. Também foi revogado o mandado de prisão contra um terceiro acusado, também cigano, Renato Michel, pai da então adolescente Camila, namorada de Pero à época do crime. A teoria acatada pelos jurados foi a de negativa de autoria. Todos os bens apreendidos durante processo estão à disposição por três dias. Se não forem reclamados, serão queimados.

O juiz mandou arquivar o processo, mas o promotor pediu a reabertura do inquérito.

tese aceita pelo advogado de defesa, Cláudio Dallenone Júnior, com adendo para que a Secretaria Estadual de Segurança Pública designe um delegado especial para apurar o caso. Os pedidos foram acatados pelo juiz. A Secretaria de Segurança Pública informou no final da tarde de ontem que ainda não recebeu o comunicado da Justiça e quando isto acontecer vai definir o delegado a ser encarregado retomar as investigações sobre o autor do crime em Quatro Barras. (EP)

PS: Na edição de ontem, foi publicado que o advogado de defesa admitiu que o crime teria sido praticado por ciganos. O advogado não fez esta revelação e a informação incorreta foi resultado de correria no fechamento da edição.



Giovanna: crime hediondo.

16 MAR 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

tribuninhas

Decisão com a cara do País no processo mais antigo no STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou ontem o processo que aguardava a decisão da Corte há mais tempo. Segundo a ação, que chegou ao tribunal em junho de 1959, o governo de Mato Grosso doou a seis empresas 40 mil quilômetros quadrados em terras públicas sem a autorização do Senado. A Constituição Federal de 1946, em vigor na época, determinava que a doação de áreas superiores a 10 mil hectares deveriam ser feitas apenas com o aval dos senadores. O Ministério Público Federal pediu a nulidade dos contratos.

Os oito ministros presentes à sessão concordaram que o estado e as empresas cometeram a ilegalidade. No entanto, cinco deles votaram pela manutenção dos contratos. A decisão foi tomada para não prejudicar a vida das famílias que hoje vivem no local, transformado em cidades, com escolas, hospitais e prefeituras. Nem os advogados da causa, nem os ministros souberam informar onde fica a área no mapa. Mas sabe-se que compreende também o Estado de Mato Grosso do Sul que, à época das doações, ainda não existia.

O primeiro relator do processo, ministro Candido Motta Filho, aposentou-se em 1967 e morreu dez anos depois. Depois dele, outros oito ministros estiveram à frente do processo.

O ministro Cezar Peluso, o atual relator, recebeu o caso em 26 de junho de 2003.

Confirmado

O procurador de Justiça Gilberto Giacoia foi indicado pelo governador Beto Richa para o cargo de procurador-geral de Justiça. Ele foi o candidato mais votado na eleição de quarta-feira pelos membros do Ministério Público.

Abuso

Em ação movida pelo Ministério Público, a Justiça Eleitoral cassou os mandatos do prefeito e o vice de Bituruna. Rodrigo Rossoni, filho do presidente da Assembleia Legislativa, Valdir Rossoni, e João Vitorio Nhoatto, podem recorrer da decisão, que determina a diplomação dos candidatos que ficaram em segundo lugar.

16 MAR 2012

METRO

Acusados de matar em ritual são absolvidos

O vendedor autônomo Pero Petrovitch e sua mãe Vera Petrovich, e o vendedor Renato Michel foram absolvidos da acusação de matar a menina Giovanna dos Reis Costa, em 2006, em um ritual de magia negra.

“Agora vamos retomar a nossa vida”, disse Pero. De acordo com o advogado Claudio Dalledone Junior, houve falhas na investigação policial e não havia provas para condenação.

A menina foi morta em Quatro Barras e foi encontrada em um matagal, sem roupas, amarrada e em um saco de lixo. ● METRO CURITIBA

Circo e Ibama são condenados

A segunda Vara Cível de Foz do Iguaçu julgou parcialmente procedente uma Ação Civil Pública proposta pela Associação Civil Reserva Brasil contra o Circo Hermanos Rodrigues e o Ibama, por conta dos maus-tratos sofridos por um macaco babuíno e quatro leões que estavam nas dependências do circo.

O Ibama foi condenado a realizar palestras de cunho educativo ambiental em todas as escolas de ensino fundamental e médio de Foz do Iguaçu (PR) e o circo, ao pagamento de uma multa no valor de R\$ 50 mil e a leitura de um texto sobre o teor da sentença no início de seus espetáculos. As partes poderão recorrer ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região. ● METRO CURITIBA

Procon vai recorrer para suspender sites

O Procon-SP vai recorrer da decisão da 7ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, que liberou as atividades da B2W, que reúne os sites Americanas.com, Submarino e Shoptime.

A liminar foi obtida na noite de quarta-feira pela B2W, que estava impedida de operar por 72 horas os seus sites de comércio ele-

trônico, por conta do aumento significativo de reclamações em 2011. A maioria das queixas está relacionada à falta de entrega dos produtos ou a defeitos nos itens adquiridos.

Segundo o Procon-SP, em 2011, houve 6.233 reclamações contra os sites, um salto de 180% em relação ao ano anterior. ● METRO

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ayres Britto é eleito presidente do CNJ e do STF 16 MAR 2012

Ministro foi eleito por 10 votos a 1 e presidirá entidades durante biênio 2012/14

O ministro Carlos Ayres Britto foi eleito, por 10 votos a 1, o novo presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF) para o biênio 2012-2014. A eleição aconteceu na sessão plenária do STF nesta quarta-feira (14/3). A Corte também elegeu, como vice-presidente do STF, o ministro Joaquim Barbosa. A posse dos ministros nos referidos cargos acontecerá no dia 19 de abril, às 16h.

“Agradeço a confiança deste Plenário, prestigiando meu nome para presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça”, disse o ministro, ao ressaltar que seu estilo de trabalho “é de todos conhecido”, no sentido de “projetar sobre o cotidiano institucional um olhar coletivo”, administrando de forma compartilhada. “Tenho a certeza de que contarei com cada um dos senhores para levar a bom termo, rigorosamente nos moldes da Constituição, essa altíssima incumbência de presidir as duas instituições”, completou.

PERFIL

Ministro do STF desde junho de 2003, Carlos Ayres Britto foi relator de ações em que o tribunal decidiu questões relevantes como: a liberação das pesquisas no Brasil com células-tronco embrionárias (ADI 3510), a legalização da demarcação integral e contínua da área indígena Raposa Serra do Sol (RR), e o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo (ADI 4277 e ADPF 132). Outro tema de grande destaque relatado por ele foi o processo que culminou com a não recepção da chamada Lei de Imprensa. A decisão foi tomada no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 130. E também o julgamento da ADC 12, pelo qual ficou proibido o nepotismo no Judiciário e nos demais Poderes.

16 MAR 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Beto Richa indica novo procurador

O procurador de Justiça Gilberto Giacoia foi indicado, na última quinta-feira (15), pelo governador Beto Richa, para o cargo de procurador-geral de Justiça. Ele foi o candidato mais votado na eleição realizada ontem (14) pelos membros do Ministério Público do Paraná. Na lista tríplice estavam Giacoia, que recebeu 397 votos, o procurador de Justiça Mário Sérgio de Albuquerque Schirmer, que teve 247 votos, e o promotor de Justiça Fuad Chafic Abi Faraj, que obteve 86 indicações. Participaram da eleição 597 membros do Ministério Público, dos seus 620 integrantes. Cada qual pôde votar em até três candidatos. Houve 6 votos em branco e 2 nulos.

A lista tríplice foi entregue ao governador nesta manhã, pelo atual procurador-geral de Justiça, Olympio de Sá Sotto Maior Neto, e pelo presidente da Comissão Eleitoral, Vanderlei Bonamigo. "Decido de pronto, em homenagem à vontade manifesta pelos membros do Ministério Público na eleição e por conhecer a idoneidade, o conhecimento jurídico e a sensibilidade social do Doutor Gilberto Giacoia", afirmou o governador, autoridade que tem atribuição, conforme determina a Constituição Federal, para indicar o procurador-geral entre os nomes indicados na lista tríplice apresentada pelo Ministério Público, após votação interna.

Gilberto Giacoia é integrante do MP-PR há 31 anos.

BITURUNA

Prefeito e vice são cassados

Por decisão do juízo da 153ª Zona Eleitoral, em análise de ação de Impugnação de Mandato Eletivo, movida pelo Ministério Público do Paraná, o prefeito e o vice-prefeito de Bituruna, no Sul do Estado, tiveram seus mandatos cassados. Rodrigo Rossoni e João Vitório Nhoatto podem recorrer da decisão, que determina a diplomação dos candidatos que ficaram em segundo lugar no pleito.

O MP-PR interpôs a ação de impugnação contra os políticos, a Coligação "Renovação e Trabalho" e o Partido da Social Democracia Brasileira, defendendo que houve abuso do poder econômico durante a campanha. Sustenta, em síntese, que o gasto de R\$ 321.386,21 declarado na prestação de contas representa quase o triplo da arrecadação tributária mensal do Município ou aproximadamente 25% da receita tributária anual da cidade, que conta com 12 mil eleitores. Foram contratados 528 cabos eleitorais, o equivalente a 11,44% dos 4.614 votos que receberam ou a 5,45% do total de votos válidos computados (9.682).

Rodrigo Rossoni e João Vitório Nhoatto foram eleitos em julho de 2011, em um pleito suplementar para substituir o então prefeito e o vice, que perderam os mandatos por decisão do Tribunal Superior Eleitoral.